

Aliança do Brasil Seguros S.A.

CNPJ 01.378.407/0001-10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório de Gestão de 2016.
A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis.
Em 2016, apresentamos prêmios emitidos de R\$ 646,0 milhões e lucro líquido de R\$ 91,5 milhões, representando incremento de 9,4%, sobre os resultados do ano anterior.

Em Reunião da Diretoria e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em 30 de junho e 15 de dezembro de 2016, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros de R\$ 73,4 milhões, na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 57,3 milhões e de R\$ 16,1 milhões respectivamente, bem como o aumento de capital de R\$ 13,7 milhões.
Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de

capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.
Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 114,5 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados pela confiança depositada e aos nossos colaboradores, pelo seu comprometimento e trabalho.
São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	2016	2015
Circulante	747.755	1.041.308
Disponível	4.537	6.725
Caixa e bancos	5	4.537
Equivalentes de caixa	5	2.195
Aplicações	6	202.532
Créditos das operações com seguros e resseguros	334.976	580.129
Prêmios a receber	8	174.155
Operações com seguradoras	18.191	15.784
Operações com resseguradoras	9a	142.630
Outros créditos operacionais	4.468	10.101
Ativo de resseguro e retrocessão	110.829	149.667
Títulos e créditos a receber	20.159	31.461
Títulos e créditos a receber	10	4.517
Créditos tributários e previdenciários	26b	14.669
Outros créditos	973	877
Outros valores e bens	779	867
Bens a venda	779	867
Despesas antecipadas	397	356
Custos de aquisição diferidos	66.163	76.564
Seguros	66.163	76.564
Ativo não circulante	33.495	389.844
Realizável a longo prazo	286.905	357.564
Aplicações	6	220.452
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	22.932
Títulos e créditos a receber	41.663	40.392
Créditos tributários e previdenciários	26b	19.959
Créditos judiciais e fiscais	23a	21.704
Custos de aquisição diferidos	1.858	5.225
Seguros	1.858	5.225
Investimento	447	417
Participações societárias	447	417
Mobilizado	1.467	1.228
Bens móveis	1.467	1.228
Intangível	45.676	30.635
Outros intangíveis	45.676	30.635
Total do ativo	1.082.250	1.431.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Passivo	2016	2015
Circulante	74.622	84.041
Contas a pagar	13	39.403
Obrigações a pagar	12.648	15.050
Impostos e encargos sociais a recolher	1.299	1.327
Encargos trabalhistas	21.272	13.197
Impostos e contribuições	99.292	325.962
Débitos de operações com seguros e resseguros	398	461
Prêmios a restituir	15	15.155
Operações com seguradoras	9b	43.866
Operações com resseguradoras	16	24.985
Corretores de seguros e resseguros	17	14.888
Outros débitos operacionais	18	17.077
Depósitos de terceiros	474.166	577.975
Provisões técnicas - seguros	474.166	577.975
Danos	1	1
Passivo não circulante	141.866	166.074
Contas a pagar	1	1
Tributos diferidos	19	126.437
Provisões técnicas - seguros	126.437	128.931
Danos	126.437	128.931
Outros débitos	15.428	37.025
Provisões judiciais	23	15.428
Patrimônio líquido	275.227	239.928
Capital social	24	115.171
Aumento de capital (em aprovação)	13.685	8.500
Reservas de lucros	146.480	128.428
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(109)	(2.171)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.082.250	1.431.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

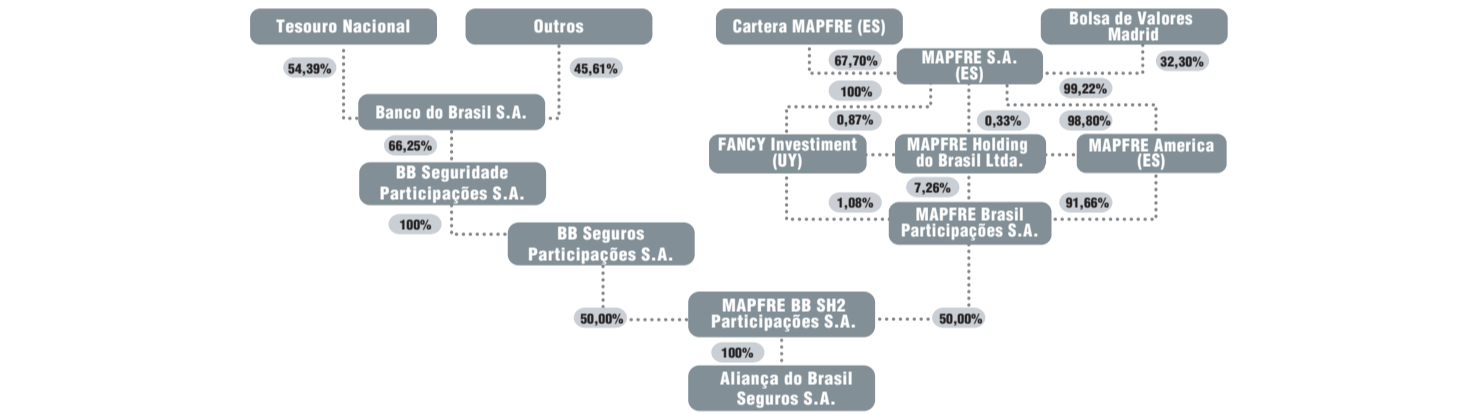
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	105.171	-	-	12.046	53.514	(825)	169.379	(825)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(825)	-	-
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Capital social a integralizar	-	-	(1.500)	-	-	-	-	(1.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.874	82.874
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	4.144	-	-	(4.144)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	58.730	-	(58.730)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	105.171	10.000	(1.500)	16.184	112.244	(2.171)	239.928	1.500
Capital integralizado conforme AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	1.500	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT nº 1.352, de 03 de maio de 2016	30.000	(10.000)	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 30 de junho de 2016	-	-	-	-	(49.300)	-	-	(49.300)
Aumento de capital - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	13.685	-	-	-	-	-	13.685
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	2.062	-	2.062
Juros sobre o capital próprio - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	(16.100)	-	(16.100)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	91.498	91.498
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	4.575	-	-	(4.575)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(8.046)	(8.046)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	62.777	-	(62.777)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	115.171	13.685	-	20.759	125.721	(109)	275.227	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de danos. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29ª andar, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante designado por "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o GRUPO MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB MAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 521/2015, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2017. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (Redução ao Valor Recuperável); • Nota 3k, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3e e 25j - Arrendamento e Determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: A IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A IFRS 16 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento e iii. ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. ii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (resultado dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. iv. **Emprestimos recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determinável, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas: "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. v. **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de

aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. **Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre os prêmios a receber direitos, líquidos de comissões, comissão de estanhamento, remuneração de agência, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos (DCD), para os recebíveis relativos a sinistros decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento. Ainda, o montante da redução corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A RVR (redução ao valor recuperável) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada em estudo interno que considera o total dos créditos vencidos superiores a 365 dias e a aplicação de fator de ponderação obtido de acordo com o rating de classificação de cada Ressegurador. Para as operações com IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A. não há histórico significativo de risco de perda e, conseqüentemente, nenhuma redução ao valor recuperável foi registrada. iii. **Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 12. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou aturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de risco, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota 3d ii. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 12 meses. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 46 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **l) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2016	2015
Prêmios emitidos	646.026	722.877
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios	92.821	(24.322)
(=) Prêmios Ganhos	738.847	698.555
(-) Sinistros com emissão de apólice	2.923	2.829
(-) Recintas ocorridos	25c	(220.761)
(-) Custos de aquisição	25d	(228.771)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(21.402)
(+/-) Resultado com resseguro	25f	(73.982)
(+) Receita com resseguro	22.633	21.527
(-) Despesas com resseguro	(96.615)	(62.022)
(-) Despesas administrativas	25g	(86.713)
(-) Despesas com tributos	25h	(14.114)
(+) Resultado financeiro	25i	54.542
(+) Receitas financeiras	64.542	128.902
(-) Despesas financeiras	(10.090)	(44.083)
(-) Resultado patrimonial	1	5
(=) Resultado operacional	150.480	134.133
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	759	(710)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	151.239	133.423
(-) Imposto de renda	26a	(32.617)
(-) Contribuição social	26a	(26.013)
(-) Contribuição social sobre o resultado	(1.111)	(19.150)
(=) Lucro líquido do exercício	91.498	82.874
(/) Quantidade de ações	18.361	17.476
(=) Lucro líquido por ação	4.983,28	4.742,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	91.498	82.874
Outros resultados abrangentes	2.062	(825)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	3.750	(1.703)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

estrutura de Controles Internos, e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR) indicadora de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, a empresa líder conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desenvolvimento financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto ao risco, a nível de controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação contábil e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises de riscos. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerar riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e a avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O contrato de seguro que transfere risco significativo são aqueles onde a Seguradora assume a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substancial comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de seguros similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)	2016		Líquido de resseguro (**)		2016	
	Danos	%	Danos	%	Danos	%
Centro-Oeste	88.574	15%	64.494	13%	88.574	15%
Nordeste	88.107	15%	64.848	13%	88.107	15%
Norte	34.773	6%	33.465	7%	34.773	6%
Sudeste	253.613	42%	219.383	43%	253.613	42%
Sul	130.299	22%	102.620	20%	130.299	22%
Total	595.366	100%	503.790	100%	595.366	100%

Bruto de resseguro (*)	2015		Líquido de resseguro (**)		2015	
	Danos	%	Danos	%	Danos	%
Centro-Oeste	88.685	13%	75.048	13%	88.685	13%
Nordeste	107.635	16%	103.770	18%	107.635	16%
Norte	38.009	6%	37.086	6%	38.009	6%
Sudeste	295.655	47%	261.873	46%	295.655	47%
Sul	141.585	21%	115.479	19%	141.585	21%
Total	671.879	100%	593.256	100%	671.879	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 1.244 e R\$ 49.416 e R\$ 2.215 e R\$ 44.183 em 31 de dezembro de 2015. (**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 1.078 e R\$ 466 em 31 de dezembro de 2015. **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões Técnicas:** i. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou uma agravamento de 3,62% (25,28% em 31 de dezembro de 2015) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com um aumento de 10% na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos como um elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	2016		2015	
	Impacto no patrimônio líquido/resultado (Bruto de impostos)	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultado (Bruto de impostos)	Sensibilidade
a. IBNR	Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR (1,376)	Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR (1,376)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade (10,386)	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade (10,386)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos dos mercados. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à falta restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Rating	2016		2015	
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A	20.714	10.741	31.455	13.004
A+	2.563	1.451	4.015	3.900
AA	51.490	4.470	51.490	39.245
AA-	4.470	147	4.470	1.745
AA	-	147	-	142
BR-	-	-	79	-
Total	76.674	13.451	1.451	91.576

(*) Não inclui RVNE no montante de R\$ 1.078 (R\$ 466 em 31 de dezembro de 2015). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente a operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguro e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar concentração de negócios em grupos de clientes, em uma mesma indústria, no mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções no caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2016:

Ativos financeiros (aplicações) - rating	2016		2015	
	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	399.869	-	-	-
Debêntures	-	2.510	-	2.055
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	18.316	-
Outras aplicações	-	-	-	234
Total	399.869	2.510	18.316	2.055

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 74.741 com lastro em títulos públicos. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Ativos financeiros (aplicações) - rating	2016		2015	
	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	417.490	-	-	-
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE) (**)	-	-	16.171	-
Debêntures	-	873	4.915	3.535
Letras financeiras	-	12.554	-	-
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	18.326
Outras aplicações	-	-	-	234
Total	435.816	12.554	873	4.915

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 34.240 com lastro em títulos públicos. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. A Seguradora efetua diversos análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado, previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transferência de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece limites mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamento e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os limites para gestão de liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas. O plano de investimentos a que é aprovada pelo Conselho de Administração o gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Seguradora reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Ativo	2016		2015	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Disponível	4.537	-	4.537	-
Equivalentes de caixa	2.915	-	2.915	-
Aplicações (*)	100.996	170.333	61.628	332.957
Créditos das operações com seguros e resseguros	334.976	-	334.976	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	91.824	30.761	11.176	133.761
Títulos e créditos operacionais	4.468	-	4.468	-
Outros créditos a receber (***)	5.490	-	5.490	-
Outros valores e bens	797	-	797	-
Despesas antecipadas	66.163	1.858	-	68.021
Custos de aquisição diferidos	612.545	202.952	72.804	888.301
Total do ativo	612.545	202.952	72.804	888.301
Provisões técnicas (***)	378.906	98.827	32.863	510.596
Contas a pagar	74.622	1	-	74.622
Debitos das operações com seguros e resseguros	99.292	-	-	99.292
Depósitos de terceiros	17.077	-	-	17.077
Total do passivo	569.897	98.828	32.863	701.585

2015	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos	Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos		
Ativo	6.725	-	-	-	6.725	-
Disponível	4.537	-	-	-	4.537	-
Equivalentes de caixa	2.452	-	-	-	2.452	-
Aplicações (*)	101.664	116.600	196.015	414.279	414.279	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	580.129	-	-	-	580.129	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	98.469	65.469	4.564	168.502	168.502	-
Outros créditos operacionais	10.101	-	-	-	10.101	-
Títulos e créditos a receber (**)	27.637	-	-	-	27.637	-
Outros valores e bens	867	-	-	-	867	-
Despesas antecipadas	356	-	-	-	356	-
Custos de aquisição diferidos	76.564	5.225	-	-	81.789	-
Outros ativos	234	-	-	-	234	-
Total do ativo	907.198	187.294	200.579	1.295.071	907.198	1.295.071
Provisões técnicas (***)	408.286	225.404	13.648	647.338	647.338	-
Contas a pagar	84.041	118	-	84.159	84.159	-
Debitos das operações com seguros e resseguros	325.962	-	-	325.962	325.962	-
Depósitos de terceiros	37.172	-	-	37.172	37.172	-
Total do passivo	855.461	225.522	13.648	1.094.631	855.461	1.094.631

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 90.027 (R\$ 59.585 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 90.007 (R\$ 59.568 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 21.704 (R\$ 20.136 em 31 de dezembro de 2015), e provisões judiciais de R\$ 15.428 (R\$ 37.025 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 34.828 (R\$ 24.080 em 31 de dezembro de 2015) também não foram classificados no quadro acima. (***). No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de aceitação a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de Value at Risk (VaR) e Macaulay Duration. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	2016		2015	
	VaR	Patrimônio	VaR	Patrimônio
Liquidez	1.246.155	-	615.684	-
Reatabilidade	48.323.880	25	283.785	-

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras de ALM (Asset & Liability Management) da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,69 anos (2,30 em 31 de dezembro de 2015), frente a um patrimônio de R\$ 260.645 (R\$ 384.771 em 31 de dezembro de 2015). Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, reatabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base as curvas das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das análises de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 422.984 (R\$ 474.098 em 31 de dezembro de 2015) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 90.027 (R\$ 59.585 em 31 de dezembro de 2015) foram extraídas da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e R\$ 234 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2015) relativo a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 332.723 (R\$ 414.279 em 31 de dezembro de 2015). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Impacto no patrimônio líquido/resultado (Bruto de impostos)	2016		2015	
	Fator de risco	Taxa de juros e cupons	a) Elevação de taxas	b) Redução de taxas
		(11.289)	-	-
		-	11.282	-
Parâmetros: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.				

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia do valor justo	Vencimento				Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ativos não realizados	2016	%	2015	%
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Acima de 5 anos									
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		82.630	11.508	-	-	90.029	184.167	184.155	184.167	12	184,167	44%	144.858	30%
Fundos de investimentos		74.741	1.081	-	-	90.029	165.851	165.839	165.851	12	165,851	90%	126.532	87%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	-	-	-	-	90.027	90.027	90.027	90.027	-	90,027	54%	59.585	47%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	673	673	673	(2)	673	1%	949	1%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	-	-	-									

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos

Conselheiros e Diretores da

Aliança do Brasil Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das

provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Aliança do Brasil Seguros S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

Anexo I
ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.
(Em milhares de Reais)

	2016
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	600.603
Total de provisões técnicas	510.596
Total de provisões técnicas auditadas	133.761
Total de ativos de resseguro	133.761
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	
Provisões Técnicas (a)	600.603
Valores redutores (b)	328.958
Total a ser coberto (a-b)	271.645
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	108.862
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	108.862
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	228.707
Ajustes econômicos (b)	328
Exigência de Capital (CMR) (c)	108.862
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (d = a + b - c)	120.173
Ativos Garantidores (e)	332.723
Total a ser Coberto (f)	271.645
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (g = e - f)	61.078
Ativos Líquidos (h)	61.078
Capital de Risco (CR) (i)	108.862
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (h / i)	56,11%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0173; 0272; 0860; 870	500
0740	620
0115	1.000
1535	2.000
0433; 0746	2.500
0351; 1428; 1528	3.000
0748; 0775; 0776	3.500
0114; 0621; 0622; 1433	5.000
0116; 0118; 0141; 0167; 0171; 0196	7.500

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Conselheiros e Diretores da

Aliança do Brasil Seguros S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler

o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

Luciene Teixeira Magalhães

Contadora CRC RJ-079849/O-3

DIRETORIA

Roberto Barroso
Diretor-Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Carlos Alberto Landim
Cynthia Betti Rodrigues Qualharello

Jabis de Mendonça Alexandre
Leonardo Giuberti Mattedi
Luís Felipe Lebert Cozac

Luiz Gustavo Braz Lage
Maurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031